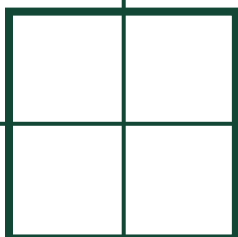


MURO SUPORTE - PANASCOS  
RUA DO MOUTAL

PROJETO DE EXECUÇÃO N.º 03/23

Revisão 0/2023

PLANO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE  
RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE SARDÃO  
DIVISÃO DE OBRAS, URBANISMO E AMBIENTE

## **1. Objetivo e âmbito**

O presente documento constitui o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD) em fase de projeto (versão inicial) com a sua concretização em obra, (versão final) descrevendo os resíduos previstos produzir em fase de projeto/produzidos em fase de obra e o modo como irá ser efetuada a sua correta gestão, incluindo a forma de acondicionamento e as operações de gestão de resíduos.

O desenvolvimento do PPGRCD tem de considerar o definido no Regime Geral da Gestão de Resíduos, aprovado no anexo I do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, alterado pela Lei n.º 52/2021, de 10 de agosto.

A implementação do preconizado pelo projeto e dono de obra, caberá ao(s) empreiteiro(s), dependendo das condições contratuais estabelecidas entre ambos, que assegurará a sua correta execução. Salienta-se que deve ficar definido contratualmente entre as partes (dono de obra, empreiteiros, subempreiteiros) a quem compete o cumprimento do PPGRCD.

O PPGRCD deve estar preferencialmente disponível no local da obra ou, em alternativa, nas instalações do produtor.

Por forma a demonstrar o cumprimento integral do PPGRCD, a título de exemplo, com a incorporação de reciclados, gestão como subprodutos, gestão de resíduos, terão de ser compilados a totalidade de documentos e registos que atestem a rastreabilidade da gestão e que comprovem as informações apresentadas no documento final.

Todos os transportes de resíduos são acompanhados de guias eletrónicas de acompanhamento de resíduos (e-GAR). As e-GAR no estado concluído devem ser arquivadas, preferencialmente em formato digital, em obra.

O Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, determina a hierarquia da gestão de resíduos, segundo a seguinte ordem de prioridades de gestão: a) prevenção; b) preparação para a reutilização; c) reciclagem; d) outros tipos de valorização; e) eliminação.

## 2. Dados do Projeto / Obra

### 2.1. Dados gerais da entidade responsável **Identificar o Dono de Obra**

- a) Nome/Designação comercial: **Município de Sardoa**
- b) Morada: **Praça da República**
- c) Contactos telefónicos: **241 850 000** Email: [geral@cm-sardoa.pt](mailto:geral@cm-sardoa.pt)
- d) Número de identificação de pessoa coletiva - NIPC: **501 181 857**
- e) CAE: **84113**

### 2.2. Dados gerais da obra

- a) Designação da Obra: **Muro Suporte em Betão Armado**
- b) Código do CPV: **45220000-5, Obras de engenharia civil e construção de estruturas**
- c) N.º do processo de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA):  
identificar ou n/a (facultativo)
- d) Identificação dos locais de implantação: **Rua do Moutal, Panascos, freguesia de Alcaravela, Concelho de Sardoa.**

### 2.3. Inserção geográfica

39°34'33.16"N; 8°7'22.83"W



#### 2.4. Caracterização do projecto e métodos construtivos

- a) Caracterização sumária do projecto a efectuar: trabalhos conforme memória descritiva e justificativa, mapas de quantidades de trabalhos, desenhos técnicos e restantes elementos do projecto e contratuais.
- b) Descrição sucinta dos métodos construtivos a utilizar tendo em vista os princípios referidos no Artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de Dezembro: trabalhos conforme memória descritiva e justificativa, mapas de quantidades de trabalhos, desenhos técnicos e restantes elementos do projecto e contratuais.

#### 2.5. Fatores de conversão

Não aplicável.

### **3. Prevenção de Resíduos e Utilização de Resíduos**

#### 3.1. Metodologia de prevenção de RCD

Devem ser aplicados conceitos como a prevenção e a reutilização de forma a reduzir consideravelmente a quantidade e/ou nocividade de resíduos produzidos para assim o adjudicatário adoptar as melhores tecnologias e técnicas disponíveis no processo que permitam o prolongamento do ciclo de vida dos materiais, assim como a introduzir boas práticas de gestão de resíduos na obra.

O adjudicatário deve prever, sempre que possível, a reutilização em obra dos solos e rochas que não contenham substâncias perigosas provenientes de actividades de construção, seja na obra de origem ou, em alternativa, a sua utilização noutra obra sujeita a licenciamento ou comunicação prévia, na recuperação ambiental e paisagística de explorações minerais ou pedreiras, na cobertura de aterros ou, ainda, em locais licenciados.

De acordo com as normas técnicas existentes a nível nacionais e comunitários aplicáveis neste âmbito, os RCD devem ser utilizados em obra, contudo, na ausência de normas técnicas aplicáveis, o adjudicatário deverá guiar pelas especificações técnicas definidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), nomeadamente nas seguintes:

LNEC E471-2006 – Guia para a utilização de agregados reciclados grossos em betões de ligantes hidráulicos;

LNEC E472-2006 – Guia para a reciclagem de misturas betuminosas a quente em central;

LNEC E473-2006 – Guia para a utilização de agregados reciclados em camadas não ligadas de pavimentos;

LNEC E474-2006 – Guia para a utilização de resíduos de construção e demolição em aterro e camada de leito de infra-estruturas de transporte.

### 3.1.1. Materiais a reutilizar na própria obra

Identificação dos materiais	Quantidade prevista reutilizar (t)	Quantidade total de materiais previstos aplicar em obra (t)	Quantidade a reutilizar relativamente ao total do material aplicado (%)
Não aplicável	-	-	-
	-	-	-
<b>Valor Total</b>	<b>NA</b>	<b>preencher</b>	<b>preencher</b>

### 3.1.2. Solos não contaminados a reutilizar na própria obra

Escavação (m³)			
Atividade/Frente	Total a escavar	Escavado a utilizar	Escavado a não utilizar
Escavações (solo argiloso)	34,80 m³	6,60 m³	35,25 m³
<b>Valor total</b>	<b>34,80 m³</b>	<b>6,60 m³</b>	<b>35,25 m³</b>

### 3.2. Substâncias ou objetos classificados como subprodutos

#### 3.2.1. Análise histórica e de contexto

Consultar a memória descritiva e justificativa, mapas de quantidades, desenhos técnicos e re projecto e contratuais.

#### 3.2.2. Avaliação da contaminação

Não aplicável

**Nota:** os solos e rochas contaminados classificados como resíduo não perigoso não poderão ser encaminhados para aterros de resíduos inertes ou para pedreiras, nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do Regime Jurídico da Deposição de Resíduos em Aterro, aprovado no anexo II do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, na sua redação atual.

### 3.2.3. Quantificação de substâncias ou objetos classificados como subproduto

Tendo por base o descrito no 2.2.1 e 2.2.2, nesta alínea devem ser incluídos os solos escavados excedentes não contaminados e outras substâncias ou objetos classificados como subproduto quando aplicável, utilizados fora do local da obra de origem, dando cumprimento ao definido nas Notas Técnica publicadas no site da APA. Exemplo: Nota Técnica de “Classificação de solos e rochas como subproduto”.

Em fase de projeto, deverá estimar-se a quantidade de solos passíveis de gestão como subproduto, recaindo a atualização desta informação para o empreiteiro, que integrará locais de armazenamento intermédio e obras de destino, quer seja dos mesmos ou de diferentes donos de obra e/ou empreiteiros.

Subproduto Solos e rochas	Quantidade a utilizar como subproduto (t)	Local de armazenamento intermédio <sup>(1)</sup>	Destinatário *
Escavações (Solo argiloso)	34,80 m <sup>3</sup> x 1800kg/m <sup>3</sup> = 62640kg= 62,64 ton.		
Valor Total	62,64 ton.		

Nesta fase intermédia importa manter o cumprimento de todas as condições para a classificação de subproduto, nomeadamente a garantia de utilização futura e a não contaminação dos solos e rochas antes de envio para destino final.

Na página electrónica da APA, em <https://www.apambiente.pt/residuos/subprodutos> podem ser consultados os seguintes documentos:

- A nota técnica para classificação dos solos e rochas como subproduto;
- O modelo de Declaração para a classificação dos solos e rochas;
- As FAQ sobre a classificação dos solos e rochas como subproduto.

### 3.3. Metodologia de utilização de RCD

Identificar quais as tipologias de resíduos a utilizar na obra de origem, respeitando o cumprimento das Regras gerais publicadas e aprovadas pela APA, previstas em projeto.

Em fase de obra, a entidade executante deverá atualizar a informação prestada, em fase de projeto e incluir as tipologias de resíduos encaminhadas para utilização noutras obras.

As regras gerais publicadas encontram-se em:

<https://www.apambiente.pt/residuos/regras-gerais>

### 3.3.1. Resíduos utilizados em obra

Identificação dos resíduos (LER)	Quantidade prevista utilizar (t) na obra de origem	Quantidade utilizada (t) na obra de origem	Quantidade utilizada (t) noutras obras	Quantidade total utilizada (t)
17 05 04	6,60m <sup>3</sup> x1800kg/m <sup>3</sup> = 11880kg= <b>11,88ton</b>			
Valor Total	<b>11,88ton</b>			

## 4. Incorporação de reciclados

### 4.1. Pressupostos para a utilização de reciclados

### 4.2. Reciclados integrados em obra

Ver exemplo de cálculo no documento de perguntas frequentes de RCD que se encontra em <https://www.apambiente.pt/index.php/residuos/residuos-de-construcao-e-demolicao> (no item “Para saber mais”)

Identificação dos reciclados ou com incorporação de reciclados	Quantidade prevista integrar em obra (t)	Quantidade final integrada em obra (t)
(...)		
<b>Valor total</b>		



Quantidade total de material aplicado reciclado ou com incorporação de reciclados (t)	Quantidade total de materiais aplicados em obra (t)	Determinação da % de reciclados ou com incorporação de reciclados

O valor percentual deverá ser calculado pela razão entre a quantidade de materiais reciclados identificados e o total da utilização de materiais aplicados em obra (material novo + reciclado).

## 5. Acondicionamento e triagem

### 5.1. Métodos de acondicionamento e triagem de RCD na obra ou em local afeto à mesma

As actividades a desenvolver em obra originarão um conjunto de resíduos de tipologias diversas, com uma constituição bastante heterogénea e dimensões bastante variáveis. Estes aspectos levam a que devem ser tomadas medidas conducentes à sua correcta triagem na origem, o que facilitará em muito a sua posterior gestão.

Para que se possa manter uma organização e limpeza ao longo do período de obra e para que se possa proceder a uma adequada gestão dos resíduos produzidos na obra e ao seu armazenamento temporário deverá de ser criada uma zona específica denominada Parque de Resíduos.

Esta zona deverá estar dividida em vários sectores onde existirão contentores, tambores, big bag's e bidões devidamente identificados pela Portaria n.º 209/2004, de 3 de Março, com o tipo de resíduo a depositar, para que os diferentes tipos de resíduos produzidos possam ser convenientemente acondicionados, e desta forma possa ser evitada a sua mistura e contaminação, potenciando a valorização dos mesmos aquando da sua transferência para os operadores de gestão de resíduos/destinos autorizados para a sua gestão ou entidades responsáveis pelos sistemas de gestão de fluxos de resíduos.

Deverá ainda haver a preocupação de manter afastados os resíduos secos dos húmidos, por forma a estabelecer um determinado gradiente e evitando a contaminação dos resíduos.

Quando a quantidade armazenada ultrapassar a capacidade de armazenagem temporária, o promotor deverá desencadear o processo de expedição para tratamento/valorização para uma entidade devidamente autorizada para o efeito.



Relativamente ao destino final dos resíduos deve ser assegurado que as entidades com as quais são estabelecidos os contratos estão devidamente licenciadas para os receber e gerir. Na definição dos destinatários dos resíduos será utilizada a Listagem dos Operadores de Gestão de Resíduos Não Urbanos emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente.

Em matéria de transporte nacional deverá ser dado cumprimento às disposições da Portaria n.º 145/2017, de 26 de Abril, a qual fixa as regras aplicáveis ao transporte rodoviário, ferroviário, fluvial, marítimo e aéreo de resíduos em território nacional e cria as guias electrónicas de acompanhamento de resíduos (e-GAR) a emitir no sistema Integrado de Registo Electrónico de Resíduos (SIRER).

Relativamente às Guias de Transporte (e-GAR) no caso dos RCD estes deverão ser acompanhados de guias de transporte específicas, cujos modelos estão definidos pela Portaria n.º 145/2017, de 26 de Abril. Para os outros tipos de resíduos o transporte terá que ser realizado em conformidade com as disposições legalmente aplicáveis. Fazer o registo no Sistema Integrado de Registo Electrónico de Resíduos (SIRER), futuramente SIRAPA, conforme previsto no Artigo 48º do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro. Esse registo poderá estar delegado aos operadores escolhidos para a gestão dos resíduos, pelo que tal registo terá que ser comprovado.

Após o término da fase de construção, o empreiteiro terá que assegurar a remoção dos resíduos produzidos na zona afecta à obra, bem como todos os outros sinais de intervenção, evitando que esta sirva de local de atracção para deposição inadequada de outros resíduos por terceiros e recuperando convenientemente as áreas afectadas.

A armazenagem de substâncias com matéria particulada (cimento, britas, areias, etc.), deve ser realizada em zona dedicada e apresentar condições de protecção à acção do vento evitando a dispersão destas substâncias.

Em suma, para:

- **Resíduos Sólidos Urbanos ou Equiparados:** deverão existir recipientes para resíduos urbanos distribuídos pelo estaleiro e pelas frentes de obra, sendo estes últimos recolhidos diariamente e colocados no estaleiro ou nos pontos de recolha dos serviços, se a totalidade destes não ultrapassar os 1100 litros diários.
- **Papel e Cartão (ecopontos):** designa-se por papel e cartão todo o material formado por fibras longas (jornais e revistas, cartão liso, cartão canelado, papel de escrita e impressão, fotocópias, papel de embrulho).

**Nota:** Não devem ser colocados os seguintes: papéis químicos, papel vegetal, papel autocolante, papéis plastificados, papel encerado, papel metalizado, papel lustro, celofane, guardanapos e lenços de papel, pratos de chocolate e tabaco, papel sujo, quaisquer outros materiais que não papéis.

- **Plásticos e Metais (ecopontos):** designa-se por plástico todo o material resultante de embalagens e outros plásticos compostos por polímeros orgânicos, geralmente sintéticos (garrações, garrafas e frascos de bebidas ou de produtos de higiene e limpeza, esferovites de grandes dimensões, usadas para embalar produtos secos e limpos, sacos de plástico e outros plásticos utilizados em embalagens.

**Nota:** Não devem ser colocados os seguintes: plásticos que contiveram produtos gordurosos, tais como manteigas, margarinas e óleos de origem vegetal, mineral ou sintética e/ou produtos perigosos ou tóxicos. Todas as embalagens de metal podem também ser colocadas neste recipiente (latas de refrigerantes, conservas, outras embalagens metálicas).

**Vidro (ecopontos):** designa-se por “vidro” todas as embalagens vítreas (garrafas, boiões frascos de todas as cores, potes de produtos alimentícios), assim como os vidros planos (janelas) existentes no local da construção. A recolha dos resíduos de vidro deve cumprir com todos os requisitos impostos pela empresa de destino final, tendo sempre em atenção a separação de todo e qualquer material que seja considerado como contaminante.

**Nota:** Não devem ser colocados os seguintes: loiças de cerâmica ou pirex, qualquer tipo de lâmpadas, espelhos e cristais, vidro de para-brisas de automóveis, vidro aramado, recipientes que contiveram produtos químicos ou medicamentos, quaisquer outros materiais que não vidro. O vidro deve ainda ser acondicionado a granel em recipientes devidamente selados para não ocorrer contaminação.

- **Sacos de cimento (embalagens compósitas):** os sacos de cimento, consideradas embalagens compósitas, devem ser armazenados separadamente dos outros resíduos. Para eles serem aceites pelos operadores de resíduos, devem ser limpos ou sacudidos antes de serem armazenados. Deve ser colocado no estaleiro um recipiente que deverá ser tanto maior quanto a produção do resíduo prevista.
- **Betuminosos, betão, argamassas, materiais argilosos (telhas, ladrilhos),** mistura de inertes e outros materiais: deverão ser armazenados em zona delimitada e sinalizada, evitando misturas com outros tipos de resíduos pela sua quantidade normalmente produzida. Estes resíduos podem ser reutilizados em obra desde que sejam cumpridas as Especificações Técnicas do LNEC n.º E471-2006, E472-2006, E473-2006 e E474-2006.

- **Resíduos contaminados (embalagens, absorventes):** os resíduos contaminados podem resultar de várias origens, como o uso de produtos químicos, limpeza ou derrames dos mesmos, por exemplo. Esta fileira de resíduos deve ser armazenada isoladamente de todos os outros resíduos, além de estarem colocados sobre uma bacia de retenção e cobertos.
- **Para madeiras e metais ferrosos:** será criado no Parque de Resíduos (Zona A) um espaço delimitado para armazenamento temporário deste tipo de materiais.

Outros resíduos como plásticos, sacos de cimento e outros não especificados, que sejam gerados no decorrer da obra, serão armazenados temporária e separadamente em contentores apropriados para cada tipo, enquanto aguardam o encaminhamento para reciclagem, valorização ou eliminação. Os resíduos urbanos produzidos em obra, nomeadamente embalagens de comida e bebida, restos de alimentos, papel de escritórios e outros lixos correntes, devem dispor de recipientes dedicados para o seu acondicionamento e serão encaminhados através dos serviços municipais existentes no local da obra.

A empresa ou entidade adjudicatária da obra deverá apresentar um Plano de Triagem e de Acondicionamento de Resíduos de Construção e Demolição consentâneo com este PPG e com a legislação em vigor, para aprovação pela fiscalização da obra.

Com vista a uma adequada gestão dos resíduos produzidos na obra e ao seu armazenamento temporário será criado no estaleiro uma zona dedicada à deposição seletiva de resíduos, coberta e equipada com meios adequados (a título de exemplo: big bags, bidões metálicos) devidamente identificados com o tipo de resíduo a acondicionar (designação e código LER). Os estaleiros serão, ainda, equipados com bacias de retenção para armazenar/acondicionar produtos químicos, resíduos perigosos e outros materiais suscetíveis de formarem lixiviados e contaminar o solo.

## 5.2. Caso a triagem não esteja prevista, apresentação da fundamentação para a sua impossibilidade

Nos casos em que não possa ser efetuada a triagem dos RCD na obra ou em local afeto à mesma, facto que terá de ser devidamente fundamentado no livro de obra e no Plano de Prevenção e Gestão de RCD, o respetivo produtor é responsável pelo seu encaminhamento para operador de tratamento de resíduos (n.º 2 do artigo 51.º do nRGGR)

## 6. Produção e Operação de Valorização e Eliminação dos resíduos

### 6.1. RCD

Código LER	Quant. Produzida Estimada (t)	Quant. Produzida Final (t)	Quant. para Valorização (%)	Operação de Valorização	Quant. para Eliminação (%)	Operação de eliminação
17 01 07 – Misturas de betão, tijolos, ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos, não abrangidas em 17 01 06	9m3x1500kg/m3= 13500 m3= <b>13,50ton.</b>		100%			
17 02 01 – Madeira						
17 02 02 – Vidro						
17 02 03 – Plástico						
17 02 04* – Vidro, plástico e madeira contendo ou contaminados com substâncias perigosas.						
17 03 01* – Misturas betuminosas contendo alcatrão						
17 03 02 – Misturas betuminosas não abrangidas em 17 03 01						
17 04 01 – Cobre, bronze e latão						
17 04 02 – Alumínio						
17 04 05 – Ferro e Aço						
17 04 07 – Mistura de Metais						
17 04 11 – Cabos não abrangidos em 17 04 10						
17 05 03* – Solos e rochas contaminados classificados como resíduo perigoso*						
17 05 04 – Solos e rochas contaminados não abrangidos em 17 05 03*						
17 05 04 – Solos e rochas não contaminados não abrangidos em 17 05 03*	28,20 m3 x 1,25= 35,25 m3 x 1800kg/m3= 63450kg= <b>63,45 ton.</b>		100%			

MURO SUPORTE – PANASCOS  
RUA DO MOUTAL  
PPGRCD

17 06 01* – Materiais de isolamento contendo amianto						
17 06 04 – Materiais de isolamento não abrangidos em 17 06 01 e 17 06 03						
17 06 05* – Materiais de construção contendo amianto						
17 08 02 – Materiais de construção à base de gesso não abrangidos em 17 08 01						
17 09 04 – Mistura de resíduos de construção e demolição não abrangidos em 17 09 01, 17 09 02 e 17 09 03						
<b>Valor Total</b>	<b>76,95 ton.</b>					

6.1.1. Taxas de incorporação de RCD

Permite obter uma % que reflita os resíduos incorporados em obra em substituição do seu encaminhamento a destino final licenciado, representando um indicador de construção sustentável.

<b>Código LER</b>	<b>Quantidade utilizada final (t)</b>	<b>Quantidade Produzida Final (t)</b>	<b>Taxa de incorporação (%)</b>

6.2.Outras tipologias de resíduos

Código LER	Quant. Produzida Estimada (t)	Quant. Produzida Final (t)	Quant. para Valorização (%)	Operação de Valorização	Quantidade para Eliminação (%)	Operação de eliminação
15 01 01 – Embalagens de Papel e Cartão						
15 01 02 – Embalagens de plástico						
15 01 03 – Embalagens de madeira						
15 01 04 – Embalagens de metal						
15 01 05 – Embalagens compósitas						
15 01 06 – Mistura de embalagens						
15 01 10* – Embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas						
15 01 11* – Embalagens de metal, incluindo recipientes vazios sob pressão, com uma matriz porosa sólida perigosa (por exemplo, amianto)						
15 01 04 – Embalagens de metal						
15 02 02* – Absorventes, materiais filtrantes (incluindo filtros de óleo não anteriormente especificados), panos de limpeza e vestuário de proteção, contaminados por substâncias perigosas						
15 02 03 – Absorventes, materiais filtrantes, panos de limpeza e vestuário de proteção não abrangidos em 15 02 02						
16 01 03 – Pneus usados						
16 01 07* – Filtros de óleo						

MURO SUPORTE – PANASCOS  
RUA DO MOUTAL  
PPGRCD

16 02 14 – Equipamento fora de uso não abrangido em 16 02 09 a 16 02 13						
16 06 01* – Acumuladores de chumbo						
16 06 02* – Acumuladores de níquel-cádmio						
<b>Valor Total</b>						

Informação adicional em cantinas, escritórios e afins.

Código LER	Quant. Produzida Estimada (t)	Quant. Produzida Final (t)	Operação de Valorização (%)	Operação de Valorização	Quant. para Eliminação (%)	Operação de eliminação
20 01 01 – Papel e cartão						
20 01 02 – Vidro						
20 01 08 – Resíduos biodegradáveis de cozinhas e cantinas						
20 01 28 – Tintas, produtos adesivos, colas e resinas não abrangidos em 20 01 27						
20 01 38 – Madeira não abrangida em 20 01 37						
20 01 39 – Plástico						
20 01 40 – Metais						
20 01 99 – Outras frações não anteriormente especificadas						
20 02 01 – Resíduos Biodegradáveis						
20 02 02 – Terras e pedras						
20 03 01 – Outros resíduos urbanos e equiparados, incluindo misturas de resíduos						
20 03 03 – Resíduos da limpeza de ruas						
20 03 07 – Monstros						
<b>Valor Total</b>						



**Nota:** Ainda que os RCD incidam no Capítulo 17 da Lista Europeia de Resíduos, considera-se como boa prática proceder ao registo de resíduos de outras tipologias, resultantes da execução dos trabalhos de obra que pela sua natureza não se enquadrem neste Capítulo, por forma a assegurar a correta gestão dos restantes resíduos, diretamente elencada no PPGRCD, com efeitos na receção provisória de obras públicas (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (Código dos Contratos Públicos), na sua atual redação).

As listas acima são indicativas, deve selecionar os que são aplicados apenas ao projeto ou obra.

## Referências

Especificações Técnicas

<https://apambiente.pt/residuos/especificacoes-tecnicas>

Regras Gerais:

<https://apambiente.pt/residuos/regras-gerais>

Nota técnica para a classificação dos solos e rochas como subproduto

<https://www.apambiente.pt/residuos/subprodutos>

FAQ sobre a classificação dos solos e rochas como subproduto

<https://www.apambiente.pt/residuos/subprodutos>

Modelo de Declaração para a classificação dos solos e rochas como subproduto

<https://www.apambiente.pt/residuos/subprodutos>

Documento de Orientação – Operações de remediação de solos – Gestão de solos não contaminados (APA, 2021)

<https://apambiente.pt/avaliacao-e-gestao-ambiental/medidas-e-recomendacoes>

FAQ sobre RCD

<https://www.apambiente.pt/residuos/residuos-de-construcao-e-demolicao>

## Anexo 1

Esquema: Subproduto - Solos e rochas

